

## Direito Administrativo

Prof. Filipe Maux

04/07/18

Tópico do edital – PROVIMENTO – VACÂNCIA – DIREITOS E VANTAGENS – REDISTRIBUIÇÃO – PROCESSO DISCIPLINAR.

### Questões sobre provimento de cargo publico

#### PROVIMENTO ORIGINARIO

*Nomeação*

#### PROVIMENTO DERIVADO

HORIZONTAL – VERTICAL – REINGRESSO

*Readaptação*

*Promoção*

*Reintegração*

*Recondução*

*Aproveitamento*

*Reversão*

**01 - Antônio é aprovado em concurso público, para provimento de cargo efetivo. O resultado do concurso é divulgado no dia 1º de março e a nomeação de Antônio é publicada no dia 20 de março. No dia 30 de abril do mesmo ano, Antônio ainda não compareceu para tomar posse. Nessa situação, considerando-se a regra geral da Lei, o prazo para Antônio tomar posse**

- (A) já se esgotou, devendo o ato de provimento de Antônio ser tornado sem efeito.
- (B) é ainda de 1 dia.
- (C) é ainda de 5 dias.
- (D) é ainda de 20 dias.
- (E) já se esgotou, devendo Antônio ser exonerado.

**02 - Os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em virtude de concurso público adquirem estabilidade após o efetivo exercício de**

- (A) dois anos, mas podem perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- (B) dois anos, mas podem perder o cargo mediante processo administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa.
- (C) três anos, mas só podem perder o cargo mediante sentença judicial transitada em julgado.
- (D) três anos, mas podem perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, a critério da autoridade administrativa.
- (E) três anos, mas podem perder o cargo mediante processo administrativo em que lhes seja assegurada ampla defesa.

**03 - Um conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor. Trata-se**

- (A) do provimento.
- (B) da estabilidade.
- (C) do cargo público.
- (D) da investidura.
- (E) do exercício.

**04 - O Estatuto do Servidor Público prevê a incidência de seu regime jurídico para, entre outros,**

- (A) servidor público que venha a ingressar em cargo efetivo em fundação pública de um Estado.
- (B) servidor público que venha a ingressar em cargo efetivo na Administração Direta do Distrito Federal.
- (C) empregado público que venha a ingressar em emprego na Administração Direta da União.
- (D) empregado público que venha a ingressar em emprego em sociedade de economia mista federal.
- (E) servidor público que venha a ingressar em cargo em comissão em autarquia federal.

**05 - A hipótese de a Administração proceder, de ofício, à exoneração de servidor público ocupante de cargo efetivo**

- (A) ocorre, por exemplo, quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.
- (B) ocorre, por exemplo, como conseqüenciada prática de infração de natureza grave pelo servidor, mesmo já gozando de estabilidade.
- (C) não está acolhida pela Lei, havendo apenas a previsão da exoneração a pedido do servidor.
- (D) ocorre, por exemplo, quando, tendo sido nomeado, o servidor não tomar posse no prazo estabelecido.
- (E) ocorre, por exemplo, quando, tendo sido aprovado em concurso público, o servidor não for nomeado no prazo estabelecido

**06 - Quando o servidor público passa a ocupar cargo ou emprego público de maior grau de responsabilidade e maior complexidade de atribuição, diz-se que ele**

- (A) recebeu uma promoção, que é uma forma derivada de provimento.
- (B) sofreu transposição ex officio, que é uma forma derivada de provimento.
- (C) passou por investidura inicial, uma vez que a dificuldade de exercício do novo cargo é originária.
- (D) foi beneficiado com o aproveitamento, que lhe reco-nhece capacidade superior à posição anteriormente ocupada.
- (E) mereceu readaptação à sua real capacidade pessoal, um dos modos legais de provimento.

**07 - No regime estatutário, a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa,**

- (A) é possível e se chama reversão.
- (B) é possível e se chama reintegração.
- (C) não é possível, pois tal invalidação depende de decisão judicial.
- (D) não é possível, pois tal reinvestidura depende de novo concurso público.
- (E) não é possível, devendo a reinvestidura se dar em outro cargo que estiver vago.

**08 - Considere o seguinte caso prático: “Numa situação de urgência, a União, por decreto do Presidente da República, cria 30 novos cargos públicos. Para o preenchimento desses cargos, é aberto concurso público de títulos, cujo edital prevê prazo de validade de dois anos, sem possibilidade de prorrogação.”**

**Nesse caso, está**

- A) incorreto o prazo de validade do concurso.
- B) correta a previsão de não prorrogação do prazo de validade
- C) correta a forma de criação dos cargos em situação de urgência.
- D) correto o critério de julgamento do concurso.
- E) incorreta a realização do concurso em lugar de procedimento licitatório.

**09 - A posse do servidor público**

- (A) é personalíssima, e, portanto, vedada qualquer Procuração
- (B) depende também de declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- (C) independerá de previa inspeção médica, cuja realização é feita antes do seu exercício.
- (D) haverá em quaisquer hipóteses de provimento de cargos.
- (E) ocorrerá no prazo de (30) trinta dias, contados da homologação do concurso.

**10 - Virgílio, servidor público federal, estável, foi reintegrado no cargo que ocupava anteriormente. Porém, esse cargo estava provido por Sócrates. Nesse caso, o servidor Sócrates, também estável, será**

- a) reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- B) exonerado do cargo de origem, com direito a indenização, ou transferido para outro cargo, ou, ainda, colocado à disposição.
- C) revertido ao cargo de origem, com direito à indenização, ou redistribuído para outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.
- D) removido para o cargo de origem, com direito a indenização, readaptado para outro cargo, ou, ainda, colocado à disposição.
- E) reintegrado também ao cargo de origem, com direito a indenização, ou exonerado, com indenização, ou, ainda, posto em disponibilidade.

**Questões sobre vacância**

**VACÂNCIA**

VINCULO EXTINTO    VINCULO SUSPENSO    VINCULO ALTERADO

**11 - A vacância do cargo público poderá acontecer**

- (A) sob a forma de exoneração, a exemplo do desligamento do servidor da Administração com caráter punitivo.
- (B) com ou sem extinção do vínculo, a exemplo da aposentadoria e da readaptação, respectivamente.
- (C) como espécie de demissão, que consiste no desligamento do servidor da Administração, sem caráter punitivo.

- (D) com a posse em outro cargo, não acumulável, caracterizando a transferência como forma de provimento.
- (E) também na qualidade de reversão, reintegração ou recondução do servidor em outro cargo

**12 - NÃO constitui causa de vacância do cargo público, nos termos de rol**

fixado na Lei, a

- (A) demissão.
- (B) promoção.
- (C) nomeação.
- (D) readaptação.
- (E) exoneração.

**Questões sobre acumulação de cargos**

**13 - Um servidor ocupante de cargo em comissão, sem prejuízo das atribuições desse cargo,**

- A) poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, acumulando a remuneração de ambos.
- B) poderá ser nomeado para ter exercício interinamente em outro cargo de confiança, optando pela remuneração de um deles.
- C) poderá ser nomeado para ter exercício, permanentemente, em outro cargo de confiança, acumulando a remuneração de ambos.
- D) poderá ser nomeado para ter exercício, permanentemente, em outro cargo de confiança, percebendo, como remuneração, a média da remuneração dos cargos acumulados.
- E) não poderá ser nomeado para ter exercício, de modo interino ou permanente, em outro cargo de confiança.

**14 - Um servidor acumulava licitamente dois cargos públicos efetivos e foi nomeado para cargo de provimento em comissão. Nesse caso, ressalvando-se existência de exceção, a regra é que ele**

- (A) deva ficar afastado dos cargos efetivos que acumulava.
- (B) acumule o cargo em comissão com apenas um dos cargos efetivos, à escolha da Administração.
- (C) não possa aceitar a nomeação, visto que já acumula dois cargos públicos.
- (D) próprio decida, solitariamente, se quer se afastar de um ou dos dois cargos efetivos.
- (E) delibere de qual dos cargos efetivos abre mão, sendo, então, dele exonerado.

**Questões sobre regime disciplinar/responsabilidade**

**15 - A apuração de irregularidade no serviço público, da qual possa resultar ao servidor a imposição de pena de demissão, será feita por meio de**

- (A) investigação sumária.
- (B) sindicância.
- (C) inquérito administrativo.
- (D) processo judicial.
- (E) processo administrativo disciplinar

**16 - O inquérito administrativo é**

- A) investigação prévia ao processo administrativo disciplinar.
- B) a fase inicial da sindicância.
- C) meio de imposição de penalidade de advertência.
- D) fase do processo administrativo disciplinar.
- E) meio de imposição de suspensão de até 30 dias.

**17 - João Victor, técnico judiciário, injustificadamente recusou-se a ser submetido à inspeção médica determinada por Luiza, diretora de sua unidade. A mesma Diretora mantém sua irmã Rozana sob sua chefia imediata, em cargo de confiança. Nesse caso, João Victor e Luiza estão sujeitos, respectivamente, às penas de**

- (A) suspensão de até 30 dias e multa com base em 1/3 por dia de vencimento.
- (B) suspensão de até 15 dias e advertência por escrito.
- (C) advertência por escrito e suspensão de até 30 dias.
- (D) advertência verbal e demissão.
- (E) multa, com base em 1/3 por dia de vencimento, e destituição do cargo em comissão.

**18 - Determinado servidor ausenta-se do serviço, sem causa justificada, pelo período de 45 dias alternados, no prazo de 4 meses. Posteriormente, o servidor retoma normalmente suas atividades. Em razão desse fato, é instaurado processo administrativo disciplinar, que poderá culminar com a aplicação da pena de**

- (A) demissão por inassiduidade habitual.
- (B) advertência ou suspensão, por inassiduidade habitual.
- (C) demissão por abandono de cargo.
- (D) advertência, sem prejuízo da posterior demissão caso o servidor falte mais 15 dias nos próximos 12 meses.
- (E) advertência, sem prejuízo da posterior demissão caso o servidor falte mais 15 dias nos próximos 8 meses.

**19 - Em matéria de responsabilidade do servidor público, ocorrendo a prática de um mesmo fato delituoso,**

- (A) a aplicação de uma sanção, seja civil, penal ou administrativa, exclui a aplicação das demais.
- (B) as sanções civil, penal e administrativa poderão cumular-se.
- (C) a sanção administrativa exclui a aplicação da sanção penal e da civil, mas estas são cumuláveis entre si.
- (D) a sanção penal exclui a aplicação da sanção civil e da administrativa, mas estas são cumuláveis entre si.
- (E) a sanção civil exclui a aplicação da sanção penal e da administrativa,

**20 - Na revisão do processo administrativo disciplinar, diz-se Que**

- (A) o ônus da prova cabe ao Poder Público competente.
- (B) não constitui fundamento do pedido a simples alegação de injustiça da penalidade.
- (C) o pedido, que sempre depende de caução, correrá em autos apartados do processo originário.
- (D) o pedido pode ser feito pelo respectivo tutor, se o requerente estiver mentalmente insano.
- (E) poderá resultar no agravamento da penalidade, desde que justificado pelo surgimento de fato novo.

**21 - É certo que, no processo administrativo disciplinar, o afastamento preventivo do exercício do cargo, poderá ser imposto ao servidor, pelo prazo de até**

- (A) noventa dias, prorrogável por igual prazo.
- (B) noventa dias, improrrogável.
- (C) sessenta dias, prorrogável por igual prazo.
- (D) sessenta dias, improrrogável.
- (E) trinta dias, prorrogável até a conclusão do processo.

**22 - Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na**

- (A) inatividade, falta punível com demissão ou suspensão de sessenta a noventa dias.

(B) atividade, falta punível com demissão ou suspensão de sessenta a noventa dias.

(C) atividade, falta punível com demissão ou suspensão de cento e vinte dias.

(D) inatividade ou atividade, falta punível com demissão.

(E) atividade, falta punível com demissão.

**23 - Um servidor público federal comete um ato que supostamente configura, ao mesmo tempo, ilícito penal e administrativo. São instaurados processos distintos para apurar as duas ordens de responsabilidade, mas o processo penal encerra-se primeiro, com a absolvição do servidor pela negativa da existência do fato.**

**Assim sendo, o servidor foi automaticamente absolvido na esfera administrativa. Na situação acima,**

(A) está errada a instauração simultânea dos dois processos, pois isso caracteriza o chamado bis in idem.

(B) está correta a instauração simultânea dos dois processos, todavia, o processo penal deveria ter restado sobrestado até a decisão do processo administrativo.

(C) foi corretamente absolvido o servidor na esfera administrativa, em face da decisão penal que negou a existência do fato.

(D) a absolvição do servidor no processo administrativo não poderia ter sido automática, pois uma conduta que não configura ilícito penal ainda assim pode configurar ilícito administrativo.

(E) está errada a instauração simultânea dos dois processos, pois deveria ter sido instaurado apenas um, perante a autoridade judicial, competente para apreciar as duas ordens de ilícitos.

**24 - Determinado servidor praticou um ato passível de configurar, ao mesmo tempo, ilícito penal e administrativo, tendo sido instaurados processos distintos nesses dois âmbitos. O processo penal encerrou-se primeiro, absolvendo-se o servidor por não corresponder o ato em questão a nenhum tipo penal. Nessa situação, o servidor**

(A) poderá ser condenado no processo administrativo.

(B) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois a sanção administrativa é acessória à sanção penal.

(C) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois o processo penal é prejudicial em relação ao processo administrativo.

(D) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois a absolvição penal acarreta a absolvição no processo administrativo.

(E) deverá ser igualmente absolvido no processo administrativo, pois não pode sofrer dois processos em relação ao mesmo ato.

**25 - No caso em que houver conveniência para o serviço, a penalidade de Suspensão**

(A) deverá ser convertida em repreensão por escrito, sem prejuízo de permanecer no serviço.

(B) poderá ser convertida em advertência por escrito, devendo o servidor continuar no exercício de suas funções.

(C) poderá ser convertida em multa, na base de 20% ao dia da remuneração bruta, devendo o servidor continuar no exercício de suas atribuições.

(D) poderá ser convertida em multa, na base de 50% por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer no serviço.

(E) deverá ser convertida em multa, na base de 30% ao dia de vencimento, ficando o servidor desobrigado de permanecer no serviço

**26 - É certo que, de uma sindicância, dentre outras situações, pode decorrer, de imediato,**

- (A) o seu arquivamento, desde que o fato narrado não configure ilícito penal.
- (B) a aplicação da pena de suspensão, por qualquer período de tempo, ao servidor.
- (C) a prisão temporária do servidor pelo período de até dez dias
- (D) a instauração de um processo administrativo disciplinar contra o servidor.
- (E) o afastamento preventivo do servidor, com prejuízo de sua remuneração.

**27 - Ao servidor é proibido praticar usura, sob qualquer de suas formas. Essa transgressão é punida com**

- (A) advertência.
- (B) demissão.
- (C) censura por escrito.
- (D) suspensão de até 15 dias.
- (E) suspensão de até 30 dias.

**28 - A ação disciplinar contra o servidor público para apurar infração punível com advertência prescreve em**

- (A) 2 anos.
- (B) 1 ano.
- (C) 180 dias.
- (D) 90 dias.
- (E) 30 dias.

**29 - Considere as seguintes assertivas a respeito do provimento de cargo público:**

**I. Reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.**

**II. Reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens**

**III. Em regra, as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros**

**IV. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado**

**De acordo com a Lei nº 8.112/90 está correto o que se afirma apenas em**

- A) I e II
- B) I, II e III
- C) I e IV
- D) II, III e IV
- E) III e IV

**30 - A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens. Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será**

- A) Revertido ao cargo de origem, com direito à indenização, vedado o seu aproveitamento em outro cargo e a sua colocação em disponibilidade
- B) Removido ao cargo de origem, com direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, vedada a sua colocação em disponibilidade

C) Reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou ainda, posto em disponibilidade

D) Aproveitando obrigatoriamente em cargo diverso, mas de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado

E) Transferido ao cargo de origem sem indenização ou aproveitado em outro vedada a sua colocação em disponibilidade

**31 - Para os fins da Lei nº 8.112 de 11.12.1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, analise:**

**I. Interesse da Administração; equivalência de vencimentos; vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; mesmo nível de escolaridade; e especialidade ou habilitação profissional**

**II. Assiduidade; disciplina; capacidade de iniciativa; produtividade; e responsabilidade**

**III. Retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado, decorrente de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante**

**IV. Modalidade consistente em pedido de deslocamento do servidor, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração, em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.**

**Tais situações dizem respeito, respectivamente, aos institutos seguintes:**

- A) Investidura; substituição; reversão; e remoção
- B) Nomeação; promoção; estabilidade; redistribuição
- C) Substituição; estabilidade; estágio probatório; transferência
- D) Redistribuição; estágio probatório; recondução; e remoção
- E) Provimento; estágio probatório; reintegração; e aproveitamento

**32 - Para fins da Lei 8.112 de 11/12/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, analise:**

**I. A reintegração é a reinvestidura de servidor no cargo anteriormente ocupado, ou em cargo vago quando invalidada a sua demissão, desde que por decisão judicial, com ou sem ressarcimento de vantagens**

**II. Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado, sendo que a reversão por invalidez ocorre quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria**

**III. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade pode ser feita mediante aproveitamento ou substituição em qualquer cargo, com atribuições e vencimentos e critério da Administração**

**IV. O estágio probatório ficará suspenso, dentre outros casos, durante certas licenças e afastamentos para serviços em organismo internacional de que o Brasil participe ou coopere, e será retomado a partir do término do último impedimento**

**Nesses casos, APENAS são corretos:**

- A) I, III e IV
- B) II e III
- C) I e IV
- D) II e IV
- E) I, II e III

**33 – A respeito da nomeação de servidores públicos federais, segundo a Lei nº 8.112/1990, assinale a opção correta**

- A) A nomeação para cargo de confiança que estiver vago deve ser realizada em caráter efetivo
- B) A nomeação para cargo isolado de provimento efetivo pode ocorrer sem prévia habilitação em concurso público
- C) A recondução é uma forma de nomeação de servidor público
- D) O servidor ocupante de cargo efetivo e que exerce cargo em comissão poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança
- E) A nomeação é direito adquirido do candidato aprovado em concurso público

**34 – Quanto ao regime jurídico dos servidores públicos, considere:**

**I. Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor**

**II. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros natos, são criados por lei ou decreto, para provimento exclusivo em caráter efetivo**

**III. São requisitos básicos para investidura em cargo público, dentre outros, a idade mínima de 21 anos**

**IV. A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação do servidor, quando publicada no Diário Oficial da União**

**V. A nomeação far-se-á em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira**  
**Está correto o que se afirma APENAS em**

- A) III e V
- B) II, III e IV
- C) II e III
- D) I e V
- E) I, II e IV

**35 – No que concerne aos servidores públicos, regidos pela Lei nº 8.112/1990), assinale a opção correta**

- A) Os cargos públicos são acessíveis apenas aos brasileiros natos ou naturalizados
- B) O regime de trabalho do servidor se sujeita ao limite mínimo de 6 horas diárias
- C) É garantido a todo servidor público o exercício do direito greve
- D) O concurso de títulos, mediante seleção por currículos, para provimento de cargo isolado, terá validade de um ano, prorrogável por igual período
- E) A impossibilidade física de entrar em exercício acarreta a possibilidade de fazê-lo de por meio de procuração pública

**36 - Aprovado em concurso para cargo público federal, Carlos foi nomeado no dia 6/11/2017 e tomou posse no dia 21 do mesmo mês e ano. Trinta dias depois, Carlos se apresentou para entrar em exercício.**

**Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei n.º 8.112/1990, a administração pública deverá**

- A) demitir o servidor.
- B) exonerar o servidor.
- C) tornar sem efeito o exercício do servidor.
- D) tornar sem efeito o ato de provimento do servidor.

**37 - De acordo com a legislação vigente, durante o estágio probatório, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo será avaliado quanto a sua capacidade com relação a**

- A) disciplina, aptidão mental, capacidade de iniciativa e assiduidade.
- B) assiduidade, disciplina, produtividade, capacidade de iniciativa e responsabilidade.
- C) aptidão mental e física, disciplina, produtividade e capacidade de iniciativa.
- D) assiduidade, disciplina, saúde física, capacidade de iniciativa e produtividade.

**38 - Ao servidor público que intencionalmente e sem nenhuma justificativa se ausentar do país por trinta e um dias ininterruptos será aplicável, de acordo com a Lei n.º 8.112/1990, a penalidade de**

- A) demissão.
- B) censura.
- C) advertência.
- D) suspensão.

**39 - A Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, estabelece que a**

- A) investidura em cargo público ocorre com a nomeação.
- B) ascensão é forma de provimento de cargo público.
- C) posse ocorrerá nos casos de nomeação, promoção e reintegração.
- D) recondução é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- E) reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado.

**40 - No que se refere à prescrição no âmbito da ação disciplinar, a Lei nº 8.112/1990 estabelece que**

- A) o prazo prescricional começa a correr da data da ocorrência do fato.
- B) a abertura de sindicância não interrompe a prescrição.
- C) a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.
- D) infrações puníveis com demissão são imprescritíveis.
- E) prescreve em 2 anos a ação disciplinar quanto às infrações puníveis com suspensão e advertência.

**41 - Matilde, servidora pública federal do TRT 7.ª Região, será removida, por interesse do serviço, da 1.ª Vara do Trabalho da Região do Cariri para a 1.ª Vara do Trabalho de Sobral. Sendo a mudança de caráter permanente, caberá ao tribunal compensar as despesas de instalação da servidora na nova sede.**

**Nessa situação, de acordo com a Lei n.º 8.112/1990, Matilde terá o direito à percepção da indenização denominada**

- A) diárias.
- B) transporte.
- C) auxílio-moradia.
- D) ajuda de custo.

**42 - Considere os itens abaixo.**

**I. Crime contra a Administração pública.**

**II. Improbidade administrativa.**

**III. Aplicação irregular de dinheiros públicos.**

**IV. Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional.**

**V. Corrupção.**

**Nos termos da Lei nº 8.112/90, são atos passíveis de demissão e têm como consequência cumulativa a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível, além de impedimento do retorno do servidor ao serviço público federal, os indicados nos itens**

- A) I, II, III, IV e V.
- B) II, III, IV e V, apenas.
- C) I, II, III e IV, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) II, III e IV, apenas.

**43 - DICA – CALI - indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário. CALIC – não retorna ao serviço público**

**No que se refere ao processo administrativo disciplinar, a Lei nº 8.112/90 estabelece que**

- A) a denúncia pode ser verbal ou por escrito, sendo vedado o anonimato.
- B) o prazo para a conclusão da sindicância é improrrogável.
- C) a autoridade instauradora do processo disciplinar deverá determinar o afastamento do servidor do exercício do cargo como medida cautelar.
- D) o processo disciplinar será conduzido por uma comissão, cujas reuniões e audiências serão públicas.
- E) é obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias.

**44 - No tema da remuneração dos servidores públicos, o Supremo Tribunal Federal, pela via dos RE 602.043 e RE 612.975, decidiu que**

- A) a acumulação de cargos, desde que estes sejam remunerados, isoladamente, em valor superior ao teto constitucional, permite ao servidor escolher a remuneração que lhe apetece.
- B) nos casos autorizados, constitucionalmente, de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, inciso xi, da constituição federal, pressupõe consideração de cada um dos vínculos formalizados, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.
- C) ainda que se trate de vínculos provenientes de diferentes entes federados a incidência do teto será calculada de maneira única.
- D) o teto constitucional é aplicável a todos os servidores públicos, sendo indiferente a acumulação ou não de cargos, empregos ou funções.
- E) somente com autorização judicial é possível a acumulação de vencimentos, hipótese em que haverá a incidência do teto constitucional de maneira global, ou seja, cada indivíduo está submetido ao teto.

**45 - Rafael Da Vinci foi nomeado Delegado de Polícia Federal e, ao fim do período de estágio probatório, foi reprovado na avaliação de desempenho e exonerado do cargo. Inconformado, ajuizou ação visando anular o processo administrativo que culminou em sua exoneração. Nesse ínterim, prestou concurso para Delegado de Polícia Estadual, sendo aprovado e empossado no referido cargo. Sobreveio, então, decisão definitiva na ação judicial por ele ajuizada, anulando o ato expulsório. Neste caso,**

- A) por força de efeito ope judicis, a nomeação e posse no cargo de Delegado de Polícia Estadual tornam-se, automaticamente, insubsistentes.

B) trata-se de situação em que haverá a recondução de Rafael no cargo de Delegado da Polícia Federal, gerando a vacância do cargo de Delegado de Polícia Estadual.

C) a ação proposta deveria ter sido extinta, por falta de interesse de agir, pois ao assumir outro cargo público, Rafael violou o princípio nemo potest venire contra factum proprium.

D) para ser reintegrado no cargo de Delegado de Polícia Federal, Rafael deverá requerer a exoneração do cargo de Delegado de Polícia Estadual.

E) Rafael deverá ser reintegrado no cargo de Delegado de Polícia Federal, ainda que deseje permanecer no cargo estadual, por força do efeito vinculante da coisa julgada.

**46 - Sobre o tema Agentes Públicos,**

A) é aplicável a regra da aposentadoria compulsória por idade também aos servidores públicos que ocupem exclusivamente cargo em comissão, segundo o Superior Tribunal de Justiça.

B) o desconto em folha de pagamento de servidor público, referente a ressarcimento ao erário, depende de prévia autorização dele ou de prévio procedimento administrativo que lhe assegure a ampla defesa e contraditório, segundo o Superior Tribunal de Justiça.

C) é inconstitucional a “cláusula de barreira” inserida em edital de concurso público, segundo o Supremo Tribunal Federal.

D) a extinção da punibilidade pela prescrição de determinada infração administrativa será registrada nos assentamentos funcionais apenas para impedir novamente o mesmo benefício no prazo de cinco anos, segundo o Superior Tribunal de Justiça.

E) os institutos da estabilidade e do estágio probatório, após alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 19/1998, estão desvinculados, tendo em vista a possibilidade de prorrogação do estágio probatório.